

**29/5/1985**

**Lições das greves**

O fim da greve dos cortadores de cana de vários municípios paulistas deixa muitas lições para todos os que se envolveram diretamente no episódio e mesmo para a opinião pública. Mas os ensinamentos que a resolução do conflito legou podem ser sintetizados em um mote: amadurecimento político. Se essa greve, como outras que já chegaram ao fim, significou para muitos observadores e participantes um "teste" a que se deveria submeter o governo Sarney, pode-se dizer que o estímulo à negociação e ao amadurecimento político das partes foi uma estratégia utilizada com sucesso pelo governo, na difícil prova de fogo dos conflitos sociais.

Ao longo dos inúmeros movimentos paredistas, que a muitos pareceu espocavam como se conforme a uma orquestração prévia, esta Folha nunca deixou de alertar para a virtude da conciliação, sem deixar de reconhecer as causas reais para a exacerbação dos conflitos, econômicas e políticas. Não se tratava, como ainda não é o caso, de fechar os olhos às dificuldades — que aliás merecem mais do que nunca um diagnóstico e propostas coerentes e globais, inclusive por parte do governo. Mas até mesmo um diagnóstico amplo e consistente perderá qualquer significado se não tiver amparo na capacidade de relacionamento maduro entre as diversas partes da sociedade. Os maiores riscos do momento não estão na existência inegável de desigualdades e conflitos históricos, ou na convivência (até mesmo nos altos escalões governamentais) de propostas alternativas. Se a transição democrática enfrenta alguma ameaça, trata-se da dificuldade em definir um terreno comum de discussão, onde sugestões até há pouco tidas por idealistas, como a do "pacto social", possam vir a se firmar. Os resultados das greves, que em muitos casos implicaram no não atendimento de inúmeras reivindicações trabalhistas, valem menos pelo avanço imediato conseguido pelas partes e muito mais pelo que se evitou — a exacerbação do conflito a níveis insuportáveis. As violências e os abusos, como ocorreram no caso da General Motors em São José dos Campos e em Guariba no ano passado, não se generalizaram. A condenação dos excessos, a disposição à resolução pacífica e o reconhecimento da capacidade mediadora do governo são ingredientes a partir dos quais, talvez, se possa iniciar a construção de um pacto que já não represente apenas os temores do momento, mas venha a unir a sociedade em torno de uma estratégia de desenvolvimento econômico e institucional mais estável.

Nesse sentido, cabe lembrar que os movimentos grevistas têm colocado na ordem do dia temas que, se não podem encontrar solução no contexto onde ocorreram as paralisações, certamente passam a compor também a agenda da próxima Assembléia Nacional Constituinte. A revisão extensiva da legislação trabalhista, dos direitos sociais (ao trabalho, à livre organização) assim como a criação de mecanismos capazes de garantir uma crescente democratização das definições da política econômica, serão provavelmente capazes não de evitar as greves, mas de amortecer as ondas de alarmismo que em alguns momentos as paralisações puderam provocar.

**(Primeiro Caderno — Página 2)**